

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( PÔSTER )

NOME: ANA TÉRCIA DE ALMEIDA MARTINS

TÍTULO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE ARTE

NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A LEI 10.639/03

AUTORES: ANA AMÉLIA DE PAULA LABORNE, ANA TÉRCIA DE ALMEIDA MARTINS, ANA AMÉLIA DE PAULA LABORNE, ANA TERCIA DE ALMEIDA MARTINS

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPq

PALAVRA CHAVE: ENSINO DE ARTE, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, LEI 10.639/03

## RESUMO

A presente pesquisa busca identificar práticas pedagógicas de professores/as de Arte da rede pública do município de Belo Horizonte no que diz respeito a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de arte e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica. Considerando a potencialidade da implementação da referida Lei, em especial, no componente curricular Artes (literatura, teatro, dança, música, artes visuais e artes audiovisuais) pretendemos atentar para a contribuição do Ensino de Arte para a construção de uma educação anti-racista no âmbito escolar. A metodologia se baseou em uma abordagem qualitativa que privilegiando o acompanhamento do cotidiano escolar na perspectiva da prática pedagógica do docente e em suas relações com os estudantes, os outros professores e professoras, a gestão e os demais sujeitos envolvidos no processo educativo. Para investigar especificamente as práticas pedagógicas, optamos pelas entrevistas individuais e pela observação das atividades realizadas no ambiente escolar. Os resultados ainda preliminares da pesquisa apontam para a potencialidade do Ensino de Arte para a construção de uma educação anti-racista no ambiente escolar. No entanto, percebemos que essa construção ainda é limitada à iniciativa e interesse de professores e professoras que entendem a temática como de fato importante para a educação de qualidade, em seu sentido mais amplo. Os inúmeros desafios colocados aos docentes no exercício profissional cotidiano e aos gestores educacionais ao lidarem com a diversidade étnico-racial na escola confirmam a relevância da pesquisa, pois, mesmo sendo uma determinação legal que data de 2003 e dos esforços dos diferentes atores da educação, esta lei ainda não conseguiu se institucionalizar enquanto prática pedagógica perene no ambiente escolar. Nesse sentido, ao visibilizar experiências exitosas, essa pesquisa poderá apontar caminhos para a efetiva implementação da lei 10.639/03 na educação básica.